
ECOLOGIA

ERIKA LAYHER

**CONTRIBUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E
AS INFLUÊNCIAS DE PRESSÕES EXTERNAS NESSAS
ÁREAS PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL:
UMA REVISÃO**

ERIKA LAYHER

CONTRIBUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E AS INFLUÊNCIAS DE
PRESSÕES EXTERNAS NESSAS ÁREAS PARA A CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL: UMA REVISÃO

Orientadora: Maria Inez Pagani

Co-orientadora: Rafaela Aparecida da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de
Rio Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro
2017

574.5 Layher, Erika
L427c Contribuição das terras indígenas e as influências de pressões externas nessas áreas para a conservação ambiental: uma revisão / Erika Layher. - Rio Claro, 2017
43 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro

Orientadora: Maria Inez Pagani

Coorientadora: Rafaela Aparecida da Silva

1. Ecologia. 2. Terras indígenas. 3. Unidades de conservação. 4. Comunidades tradicionais. 5. Conservação. I. Título.

Dedico à

vida que trás consigo energia de vida

vida que cria, que ressalta potências,

vida que resiste.

Agradecimentos

Na minha primeira tentativa de faculdade, no campo da geografia, tive meu primeiro contato com a questão indígena no Brasil. Na época, pelo transbordamento de sonhos e imaturidade, esse assunto foi o ápice para o meu desligamento com a instituição.

Seis anos se passaram para que eu me debruçasse no tema novamente, desta vez com mais maturidade e mantendo os sonhos. Abordar esse assunto tão complexo - que passa por amplo esquecimento, desvalorização e intolerância cultural – foi um aprendizado muito rico, do qual pude crescer muito. Por isso, agradeço a oportunidade de poder estudar novamente esse tema, acolhida pela Prof^a Dra^a Maria Inez Pagani e pela MsC. Rafaela Aparecida da Silva, minha orientadora e co-orientadora, que além de abraçarem esse trabalho, me ensinaram muito durante a graduação. Agradeço o apoio não somente na estruturação do TCC, mas também aliviando angústias e vontades com ótimas prosas, sendo grandes parceiras nessa fase.

Agradecer minha família que sempre com muito carinho e amor apoiaram minhas mudanças bruscas, loucuras e compartilharam essa vivência de me formar em uma faculdade durante 7 anos. Foram anos de muita paciência, companheirismo e amor. Obrigada pela força, acolhimento e carinho que me enchem de vida, motivação e gratidão.

Agradecer muito a oportunidade de fazer essa Universidade e esse curso maravilhoso que é a Ecologia. Neste espaço conheci pessoas incríveis, das quais pude vivenciar inúmeras trocas, aprendizados e momentos únicos. Aqui, fortaleci os desejos e a fé em novas realidades possíveis. Com vocês me tornei uma pessoa melhor, mais madura e tive exemplos maravilhosos de vida. Sou muito grata a todos e todas. Um agradecimento especial a todos os moradores e moradoras de Luanda, república que inauguramos com muito amor e se perpetuou com o mesmo sentimento até o final da minha formação acadêmica.

Agradecer ao Fábio, verdadeiro parceiro que tive a sorte de encontrar. Companheiro que me ensina todos os dias, renova minha fé no amor e participou dessa etapa com presença e muito carinho.

Acredito que esse agradecimento tenha em comum o afeto e acolhimento, tão especiais em uma formação e por muitas vezes subestimado nesse processo. Sou grata por tê-los encontrado na em minha trajetória acadêmica.

Agradeço também a Jera e Tupã Mirim das aldeias Tenondé Porã e Jaraguá que me receberam muito bem, mostrando a força, diversidade e resistência dos povos indígenas. Ao Paulo K. Fonseca do CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e Profª Dra. Bernadete A. C. de Castro, que foram pontes para esses contatos. Infelizmente não pude trabalhar diretamente com essas aldeias, mas deixo registrado meu respeito e gratidão pelos guaranis que juntamente com outras 304 etnias resistem ao paradigma moderno.

“O coração do homem, quando longe da natureza, endurece.”

(Atribuída aos Lakota, povo indígena norte-americano)

Resumo

Existem grandes conflitos em torno da questão indígena no Brasil. Esses amparam discussões sobre a influência das comunidades na conservação ambiental e suas perspectivas de desenvolvimento. Por um lado, as terras indígenas se apresentam como grandes potenciais de áreas protegidas, devido ao conhecimento empírico do meio em que vivem e que, por morarem no local, podem ser mais atuantes na luta pela conservação ambiental. Por outro lado, confronta-se essa ideia vendo-as como populações que perderam sua cultura ou que possuem um modo de vida contrário às tentativas de conservação. Este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica referente às Terras Indígenas (TI) e a conservação ambiental analisando e discutindo as possíveis influências nessas áreas e quais os fatores que interferem para que sua proteção seja ou não realizada. Foram analisadas as pressões exercidas sobre as TIs, suas influências e reflexos para conservação local. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica sobre questões indígenas e os fatores que influenciam ou não na conservação através de buscas em bases de dados que reúnem teses, dissertações, artigos e livros sobre o tema. Foram encontradas fortes influências de pressões externas além de fatores internos dentro da própria comunidade. A coleta de dados foi amparada nas seguintes categorias: pressões externas, aspectos culturais sobre a conservação, impactos políticos e sociais. Verificou-se que projetos voltados para o bem estar da comunidade e conservação ambiental, juntamente com abertura de diálogo têm efeito positivo nas aldeias. As pressões mais frequentes nas TIs consistem na coleta de recursos por não índios e problemas fundiários, que representaram respectivamente 70% e 65% das pesquisas. Vê-se uma valorização ambiental da comunidade indígena em 65% dos estudos e em 25% conflitos entre as ações das comunidades e o ideal de conservação, refletido em geral pelo uso de recursos naturais. Dos vinte estudos analisados nesse trabalho, observa-se uma escassez de dados quantitativos que amparem projetos sobre conservação e a questão indígena.

Palavras-chave: terras indígenas, unidades de conservação, comunidades tradicionais, conservação.

Abstract

There are major conflicts around the indigenous issue in Brazil that support discussions about the influence of communities on environmental conservation and their development prospects. On one hand, indigenous lands present themselves as a great potential of protected areas due to the empirical knowledge about the environment that surround them and, because they live locally, may be more active in the struggle for environmental conservation. On the other hand, they confront this idea by taking them as populations that have lost their culture or have a way of life contrary to conservation attempts. This work aims to make a literature review regarding Indigenous Lands (IL) and environmental conservation by analyzing and discussing the possible influences of these communities in the protecting of these areas. The pressures exerted on the IL, their influences and reflexes for local conservation were analyzed. For this, a bibliographic review was done on indigenous issues and the factors that influence the conservation through searches in databases that gather theses, dissertations, articles and books on the subject. Strong influences of external pressures were found in addition to internal factors within the community itself. Data collection was supported by the following categories: external pressures, cultural aspects on conservation, political and environmental impacts. It has been found that projects aimed at community well-being and environmental conservation, together with open dialogue have a positive effect on villages. The most frequent pressures in ILs are the collection of resources by non-Indians and land problems, which represented respectively 70% and 65% of the surveys. One sees an environmental valuation of the indigenous community in 65% of the studies and in 25% conflicts between the actions of the communities and the ideal of conservation, reflected in general by the use of natural resources. In addition, there is a shortage of quantitative data to support conservation projects and the indigenous problems.

Key words: indigenous lands, conservation units, traditional communities, conservation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
2.1 A importância do Território	12
3. OBJETIVOS	17
4. MATERIAIS E MÉTODOS	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1 Situação das TIs – Cenário do Trabalho	18
5.2 Pressões Sofridas pelas Terras Indígenas	26
5.3 Aspectos Culturais sobre a Conservação	29
5.4 Impactos Políticos.....	32
5.4 Impactos Sociais	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
7. REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

Em todas as regiões do Brasil encontramos casos de sobreposições entre Unidades de Conservação (UCs), que promovem a proteção ambiental, e Terras Indígenas (TIs), que garantem o direito originário dos povos e seu direito à diversidade cultural. Entretanto esses locais apresentam conflitos em relação à gestão dos recursos naturais, em especial em UCs de Proteção Integral, em que não é permitida a presença humana. Estes conflitos fragilizam diversas ferramentas criadas pela legislação brasileira com o objetivo principal de proteção da biodiversidade, agrobiodiversidade e sociobiodiversidade (SANTILLI; EMPERAIRE, 2006; VIANNA; BRITO, 2004).

Apesar do aparente conflito entre indígenas e meio ambiente, ambos podem ser vistos como “figuras semelhantes”, pois são pressionados pelo mesmo modelo de ocupação trazido pela sociedade moderna que faz crescente a degradação ambiental, diminuindo em demasia as áreas naturais (VIANNA; BRITO, 2004). Também é notável o processo de globalização que prejudica a diversidade cultural pela dificuldade de sobrevivência e estilo de vida das minorias (GONÇALVES, 2006). Comunidades indígenas e meio ambiente apresentam convergências no que diz respeito ao seu histórico de colonização, enfrentando ameaças muito semelhantes como invasões, disputas judiciais infundáveis, caça realizada por não-índios, roubo de recursos naturais e degradação ambiental (VIANNA; BRITO, 2004).

As terras indígenas passam por diversas pressões, representadas por conflitos fundiários, exploração de recursos por não índios e sobreposições com UCs de Proteção Integral, que não permitem o manejo de recursos em sua área. As TIs são assessoradas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão que possui dificuldades orçamentárias, de recursos humanos e administrativos. Desta forma suas práticas são reduzidas à demarcações de terras, não proporcionando o devido apoio aos povos indígenas (ISA, 2017; SANTOS, 2004).

De forma semelhante se encontram UCs que possuem dificuldades para condições efetivas de implementação de unidades, falta de recursos financeiros, humanos, administrativos e fiscalizadores, indefinição em relação as desapropriações de propriedades dentro da área da unidade (BRITO, 2003).

Apesar dos inúmeros problemas enfrentados, as TIs e UCs representam no Brasil as mais eficientes barreiras contra a degradação ambiental. Estudos nessas áreas podem auxiliar em planejamentos e estratégias que permitem que suas funções exercidas (NEPSTAD et al., 2005; SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005; TIMMERS, 2004).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Brasil tem como principal forma de proteção ambiental o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – LEI 9.985/2000). O SNUC cria e regulamenta o conjunto de Unidades de Conservação existentes no Brasil, que ao todo é composto por 12 categorias divididas em dois grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral são compostas pelas categorias - Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre - e apresentam normas mais rígidas em relação ao manejo dos recursos naturais. Já as UCs de Uso Sustentável apresentam maior flexibilidade quanto ao manejo da área e são representadas por: Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2011).

As Terras Indígenas são regulamentadas pelo Decreto 1775/96, amparadas legalmente pela Constituição Federal de 1988 e Lei 6001/73, que podem ser classificadas como Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, Reservas Indígenas, Terras Dominais e Interditadas. Essas categorias variam conforme a demarcação e histórico da área (FUNAI, 2017).

Pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) a biodiversidade é caracterizada como variabilidade entre organismos vivos de todas as origens compreendendo a diversidade dentro das espécies, entre espécies e de ecossistemas (BRASIL, 2000).

Também definida pela CDB a agrobiodiversidade é a parcela da biodiversidade utilizada pelas comunidades tradicionais para a agricultura, utilizando formas diferentes de manejo, conservação e cultivo de determinadas espécies (BRASIL, 2000).

A sociobiodiversidade é compreendida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2017) como a “relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, com a formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares”.

As TIs auxiliam na conservação da sócio, agro e biodiversidade, sendo espaços-chave para a manutenção desse complexo. As UCs têm como fundamental a proteção da biodiversidade mas dependendo de sua categoria também protegem saberes e culturas locais (FILHO, 2004; FRANCO, 2014; ROBERT et al., 2012).

As populações tradicionais, as quais também são representadas por indígenas, caracterizam-se por grupos culturalmente diferenciados que historicamente apresentam um modo de vida distinto do atual modelo global (DIEGUES et al., 2001). Possuindo contato mais próximo com a natureza e seus recursos, as populações tradicionais conseguiram, ao longo do tempo, reunir conhecimentos e saberes apurados que estão sendo reconhecidos pela sua importância para o manejo e conservação da biodiversidade (CASTRO, 1997).

Entretanto, o paradigma social atual apresenta um processo crescente de globalização e padronização acentuando-se a lógica de amplos mercados e sistemas de produção (CASTRO, 1997; GONÇALVES, 2006). Esse modelo, da forma como é conduzido, prejudica a conservação ambiental e a biodiversidade como um todo (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

Estima-se que a população indígena brasileira é composta por 817.963 pessoas, sendo 305 etnias, nas quais são faladas 274 línguas diferentes (IBGE, 2010). Há 705 terras indígenas no país, ocupando uma extensão de 1.173.807 Km², o que equivale a 13,8% do território brasileiro. A maior parte das TIs concentra-se na Amazônia Legal, representando 23% deste território e 98,33% das TIs brasileiras (ISA, 2016).

Apesar de serem culturalmente diversos e estarem distribuídos por todo território brasileiro, os temas indigenistas são pouco trabalhados em escolas ou universidades brasileiras. Embora seja um tema complexo e intrínseco do país é pouco abordado e divulgado. No Brasil há um desconhecimento e desinteresse pela diversidade cultural, precarizando as potencialidades entre as dinâmicas culturais. Essa característica acentua a intolerância étnica, identificando o indígena como uma “pré-brasilidade”. Essa visão contemporânea se ampara no discurso de aculturação, conceito desenvolvido pela antropologia clássica em que cristaliza alguns padrões da sociedade indígena, que estaria fadada a perder paulatinamente sua cultura. (GRUPIONI et al., 2001).

2.1 A importância do Território

O território tem grande importância para as populações tradicionais, pois esse possibilita a apropriação dos recursos de que necessita e, a partir disso, constituir e reconstruir saberes, formas de organização social e de interação com o próprio território. É a partir da estabilidade da terra e dos recursos disponíveis nela que é criada uma construção simbólica e cultural de um determinado povo (CASTRO, 1997). É devido a amplidão de significados culturais construídos na permanência da terra que essa se torna de fundamental importância quando se trata de sociobiodiversidade e agrobiodiversidade. A garantia de território é uma das formas de proteção de saberes e segurança de seu sistema de produção (CASTRO, 1997). A estabilidade do território passa a ser a manutenção e/ou a recuperação da identidade de seu grupo, transcendendo questões práticas.

Entretanto o paradigma moderno globalizado e sua expansão exercem grandes pressões sobre as populações tradicionais tornando-as vulneráveis. Desta forma, diversas comunidades tradicionais sofrem com a perda ou não oficialização de seu território (CASTRO, 1997).

Assim como o território tem inegável importância para os povos indígenas, a proteção e conservação ambiental nos moldes brasileiros têm como melhor ferramenta as UCs (BRASIL, 2000; VIANNA; BRITO, 2004), cujo território e o manejo realizado são estratégias fundamentais para sua garantia. As UCs representam aproximadamente 4,59% de todo o território nacional, somando categorias de proteção integral e de uso sustentável (TIMMERS, 2004).

Ambas, UCs e TIs, têm necessidade vital de territórios e recursos naturais, iniciando um impasse histórico a partir da colonização e mudança de paradigmas, agravados pela diminuição de remanescentes florestais. Os conflitos históricos advindos com a colonização e a conseqüente escassez progressiva de áreas naturais para conservação traduzem o início dos conflitos entre UCs e TIs, que apresentam alto grau de complexidade e diversos desdobramentos. Esse impasse é conceituado por Viana e Brito (2004) como o *conflito entre iguais*.

Apesar de diversas discussões sobre o tema, existem muitos autores que defendem os benefícios das comunidades indígenas para o meio ambiente, contribuindo para a conservação

da biodiversidade, proteção das áreas e um manejo *in situ* dos locais (DIEGUES et al., 2001; NEPSTAD et al., 2005; SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005; TIMMERS, 2004).

Nas áreas de fronteiras agrícolas, que representam 80% do desmatamento, a importância das TIs para a conservação é mais evidente, pois observa-se que ela consegue conter a pressão da fronteira sobre as áreas naturais (NEPSTAD et al., 2005). Em outras regiões, a conservação nas TIs se assemelha à eficiência dos Parques, uma das categorias de UC de Proteção Integral, devida sua eficácia na conservação da vegetação nativa (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005). Estima-se que 2 milhões de km² de floresta tropical estão protegidas por povos indígenas (PIMM et al, 2001) e argumenta-se que por estarem atuantes em seu território podem evitar diretamente o desmatamento, além de reivindicarem melhores condições para proteção de suas terras (NEPSTAD et al, 2005).

Entretanto, outros autores (OLMOS; BERNARDO; GALETTI, 2004; OLMOS, 2001) argumentam a perda da cultura ou mesmo a cultura como agente de interferência na conservação, devido a caça, extração de madeira e modo de vida como prejudiciais ao meio ambiente.

É importante lembrar que essas duas visões diferenciadas de conservação possuem correntes conceituais distintas sobre as relações humanas e natureza (DIEGUES, 2001). Entretanto, apesar de muitas vezes essas concepções se apresentarem de forma maniqueísta, as complexidades acerca do meio ambiente e comunidades indígenas são inúmeras e de difícil resolução prática. Alguns desses problemas serão discutidos nesse trabalho.

É importante salientar que em meio ao romantismo do “bom selvagem” ou às visões preservacionistas de separação entre homem e natureza é necessário citar o conceito de espaço vital (TIMMERS, 2004), que se refere ao espaço necessário para a vida de determinada comunidade. Desta forma, é possível diminuir a visão maniqueísta em relação às comunidades e ampliá-la a fim de entender os recursos necessários para a sua sobrevivência. Assim, as comunidades não são *a priori* agentes de conservação e nem mesmo degradadora da natureza, mas sim um grupo que necessita de espaço e recursos naturais para sobreviver. Além disso, esses locais possibilitam não somente a manutenção da vida, mas também de seu modo de viver, cultura e costumes.

Existem diversos programas, projetos e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas e conservação ambiental. Entretanto, esses esforços mostram

que apesar dessas ações, ainda persiste uma situação de instabilidade e fragilidade das questões indígenas e ambiental.

Na Mata Atlântica, embora tenham sido criadas aproximadamente 600 áreas de proteção, ainda existem dificuldades na eficiência dessas unidades devido ao seu tamanho reduzido e garantir a permanência de espécies a longo prazo. Além disso, menos de 2% de todo o bioma são áreas de proteção integral e protegem apenas 24% dos remanescentes (FONSECA et al., 1997; GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2003; TABARELLI, 2005). Além disso, entre as 104 espécies ameaçadas, 57 não foram encontradas nas áreas protegidas, mostrando as fragilidades desses locais (PAGLIA et al., 2004). Nas áreas de Mata Atlântica é possível observar reivindicações de terra por comunidades indígenas, tanto dentro de UCs como em seus arredores (TABARELLI, 2005, LAURIOLA, 2003).

Em outros biomas encontram-se semelhantes pressões e problemas de conservação, como no cerrado que nos últimos 42 anos, mais da metade de seus remanescentes foram utilizados como pastagens. Este bioma apresenta altas taxas de desmatamento, em que apenas 2,2% de sua área encontram-se legalmente protegidas, estimando-se que 20% das espécies ameaçadas ou endêmicas não são encontradas nesses locais (KLINK; MACHADO, 2005; MACHADO, 2004).

Calcula-se que 55% do Cerrado já tenham sido desmatados e transformados pela ação humana. Seus remanescentes enfrentam problemas como erosão dos solos, degradação da vegetação e colonização da área por espécies exóticas (gramíneas de origem africana) (KLINK; MACHADO, 2005; MACHADO, 2004). Nesse bioma acentua-se também os conflitos fundiários e violência contra os indígenas como ocorre com os Guarani Kaiwoá e latifundiários no Mato Grosso do Sul (CIMI, 2017; BRAND, 2014).

De acordo com relatório realizado em 2016 pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), encontram-se irregularidades do Estado para proteção das áreas indígenas, revelando-se um descaso histórico do próprio governo. De acordo com o quadro Análise da ONU sobre riscos de crimes de atrocidades, os indígenas estão sujeitos às diversas situações que se enquadram em fatores de risco para esses crimes. Segundo esse material, o Brasil, em relação aos indígenas, encaixa-se nos seguintes riscos: atos passados de genocídio; relutância na recusa de usar todos os meios possíveis para abolir as violações aos direitos humanos; impunidade devido à desconfiança generalizadas das instituições do Estado; falta de proteção

eficaz; discursos de ódio partindo não somente da sociedade civil, mas também por agentes estatais (CIMI, 2017; UNITED NATIONS, 2014).

O relatório de Victoria Tauli-Corpuz, relatora especial da ONU, explica que a situação de extrema violência, vulnerabilidade em que os povos indígenas vêm sofrendo no Brasil, acarreta em sérias violações dos direitos humanos. Destaca ainda a falta de preparo de autoridades para tratar as questões indígenas, detectando um racismo institucional que fazem das leis, obstáculos, perpetuando a complicada situação dos indígenas no país (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Juntamente com a difícil situação a qual se encontram os indígenas, há também a contínua diminuição orçamentária da FUNAI. A verba destinada ao órgão sofreu uma diminuição contínua a partir de 2013. Com a redução, os valores que já não eram os ideais para a FUNAI exercer plenamente sua função, dificultou sua manutenção básica. Em 2016 o valor orçamentário do órgão referente à R\$ 542 milhões, representando 0,081% do orçamento da União, foi reduzido para aproximadamente R\$ 300 milhões, após protestos para aumento do valor proposto inicialmente (ISA, 2017).

Outro problema enfrentado pelo órgão é o enfraquecimento da qualidade técnica devido e a substituição de profissionais por cargos de interesse político. A redução orçamentária, juntamente com as fortes influências políticas, acarretam na desestruturação e fragilidade da FUNAI, sendo criticada por reduzir suas funções apenas para a demarcação de novas terras (ISA, 2017; SANTOS, 2004).

Em relação às UCs, diversos são os problemas que desde suas criações vem permanecendo. Entre eles, destacam-se: a falta de condições efetivas para sua implantação, como falta de recursos financeiros, humanos, administrativos e fiscalizadores, indefinição em relação a desapropriações e propriedades de terras dentro da área da unidade e o contexto histórico para a criação de UCs (BRITO, 2003). Em contrapartida, as áreas prioritárias para a conservação auxiliou na melhoria da representatividade nos biomas em que se deseja conservar, além de amparar essas áreas com a sistematização de estudos que auxiliem na conservação (BRASIL, 2007).

No legislativo é notável diversas medidas políticas que estão abrindo caminho para aumento da vulnerabilidade do meio ambiente e populações indígenas como a Lei 3.729/2004 referente à mudanças no Licenciamento ambiental e PEC 215 que passa a demarcação de

terras do Poder Executivo para o Legislativo. Essas, entre outras medidas, fragilizam as ferramentas legais para melhoria da situação de TIs e UCs.

Tendo em vista as condições de vulnerabilidade de UCs e TIs e o aumento das pressões nessas áreas é que pesquisas modernas estão sendo voltadas para outra visão do modo de gestão, que envolva a participação das comunidades do entorno e dentro das Unidades, vendo-as como potenciais aliadas e não inimigas da conservação (FRANCO, 2014; MACHADO, 2004; CUNHA; ANDRADE, 2004).

No passado, existiu uma tentativa de incorporar as comunidades indígenas em UCs desde a formação e criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que em meio aos diversos debates sobre as categorias das UCs apontou a importância de UCs voltadas aos povos indígenas que na época representaria a categoria RIRN (Reserva Indígena de Recursos Naturais). Essa proposta foi vetada da versão atual, não abrangendo nenhuma categoria que especificamente para comunidades indígenas (SANTILLI, 2004). Até 2004 havia pelo menos 55 casos de sobreposições no Brasil, com diversos casos de conflitos entre órgãos, população indígena e conservação (ROLLA; RICARDO, 2004).

Como forma de amenizar os conflitos gerados em caso de sobreposições o próprio SNUC em seu art.57 propõe a criação de grupos de trabalhos com a presença de órgãos federais responsáveis que auxiliem em diretrizes em áreas de sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação (BRASIL, 2000). Em locais extremamente ameaçados, como é o caso da Mata Atlântica, prosperam problemas de diversas fontes, sendo interessante rever formas de gestão e projetos participativos que consigam conciliar as necessidades dos indígenas com os objetivos de conservação.

Para isso é necessário que a gestão da UC estabeleça prioridades e propostas muito claras sobre conservação do local e esteja disposta a pensar em meios de integrar os indígenas em atividades positivas aos seus ideias.

O zoneamento ou mosaico de categorias de UC podem ser uma boa estratégia para conciliação entre indígenas e ideais de conservação, possibilitando estruturar melhor esses locais a partir da junção vontades e trocas de conhecimento sobre área, podendo garantir de forma mais adequada os objetivos da gestão da UC e necessidades das comunidades indígenas.

Tendo em vista esses complexos contextos e conflitos acerca da importância das terras indígenas para a conservação, este trabalho busca analisar a importância dessas áreas e suas relações com a conservação ambiental, evidenciando os agentes de mudança que afetam as terras indígenas e as medidas utilizadas por eles para manutenção de seu território, a partir de uma análise de textos publicados sobre o tema.

Para tratar da questão indígena é inevitável abordar o contexto histórico e diversas vivências acumulados ao longo do tempo. Buscou-se a sistematização dos fatores que envolvem as comunidades indígenas e sua influência na conservação ambiental.

Nessa perspectiva as comunidades indígenas não se apresentam isoladas, como sendo as únicas causadoras de problemáticas ou soluções ambientais, mas sim contextualizadas dentro de uma sociedade que tem como paradigma o amplo uso dos recursos naturais apresentando forte influência sobre o modo de vida indígena, afetando sua economia, cultura e identidade social. Assim este trabalho busca refletir em como a sociedade nacional influencia as terras indígenas e como estas respondem a esses estímulos.

É entendendo que, apesar de ser um tema bastante estudado, ainda apresenta grandes fragilidades e instabilidades políticas a respeito da conservação da biodiversidade, sociodiversidade e agrobiodiversidade. Esse trabalho vê como necessidade abordar o tema e analisar lacunas com foco nas terras indígenas e unidades de conservação. Essa pesquisa foi executada, a partir de estudos de caso presentes na literatura, com comunidades indígenas de forma mais abrangente, não aprofundando em uma etnia específica.

3. OBJETIVOS

Identificar, na bibliografia que trata sobre o tema, agentes de mudança como o uso dos recursos naturais, desmatamento, conflitos fundiários, sobreposições com UCs e de TIs e o modo como esses afetam a vida da comunidade indígena, quais os impactos para a conservação ambiental e as formas de adaptação à esses agentes.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em artigos científicos com as palavras-chave: *Conservação OR Preservação OR "áreas protegidas" E "terras indígenas"*

OR aldeias OR indígenas. O sistema Parthenon, base de pesquisas e trabalhos acadêmicos, foi o alicerce para a aquisição de dados utilizada para este trabalho. Esta base integra diversos conteúdos digitais referentes à pesquisa solicitada, como artigos, livros, dissertações, entre outros. Além disso, foram utilizados sites oficiais de órgãos que tratam sobre o tema, como os sites da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), ISA (Instituto Sócio Ambiental), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), entre outros.

Foram selecionados 20 trabalhos, analisados para este Trabalho de Conclusão de Curso, quantidade que foi possível no período do estudo sendo escolhidos por se encaixarem na maioria das categorias postuladas [TI/Etnia, Local (cidade, Estado), Situação da TI, Bioma, Pressão Externa Sofrida pela TI, Aspectos Culturais Relacionados à Conservação, Impactos Políticos e Impactos Sociais nos territórios indígenas].

Devido a grande complexidade do tema, a síntese desse trabalho (disposta na tabela 1), apresenta categorias que se relacionam umas com as outras, sendo difícil uma divisão fixa. Além disso, buscou para a compilação dos dados toda a informação disponível referente a categoria selecionada neste trabalho, podendo haver antagonismos em uma mesma categoria. Em geral, a natureza destas características está vinculada ao histórico trazido nos trabalhos pesquisados. Desta forma, diferentes características em uma mesma TI podem ser contrárias em diferentes contextos ao longo do tempo da comunidade indígena.

Os dados coletados foram tabulados com as seguintes categorias de análise elaboradas antes da seleção e sistematização dos trabalhos pesquisados: Referências (Ref.), TI/Etnia, Local/Cidade, Situação da TI, Bioma, Pressão externa sofrida pela TI, Aspectos culturais sobre a conservação, impactos políticos e sociais nos territórios indígenas (Tabela 1). Dentro das categorias, quando encontrada a necessidade, foram criadas subcategorias para auxiliar na sistematização dos dados.

Devido aos diversos fatores que afetam as TIs, um mesmo dado pode ser classificado em mais de uma categoria de análise, e por isso existem categorias com mais de 20 citações.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Situação das TIs – Cenário do Trabalho

Um dos produtos desse trabalho foi a síntese da pesquisa, elaboradas de acordo com as categorias: TI/Etnia, Local (cidade, Estado), Situação da TI, Bioma, Pressão Externa Sofrida pela TI, Aspectos Culturais Relacionados à Conservação, Impactos Políticos e Impactos Sociais nos territórios indígenas (Tabela 1), das quais serão discutidas abaixo.

Dentre os trabalhos de pesquisa analisados, aproximadamente 45% referem-se à Amazônia, 30% à Mata Atlântica e 25% aos outros biomas brasileiros ou tratam a temática de forma generalista, sem um bioma específico.

As TIs passam por diversas situações para terem suas terras legitimadas passando pelas seguintes classificações: (1) **Terras em estudo:** Primeira etapa para a demarcação, onde são realizados diversos estudos para fundamentar a delimitação das terras indígenas; (2) **Terras Delimitadas:** Estudos aprovados pela FUNAI seguindo para o Ministério da Justiça para aguardar a Portaria Declaratória da posse indígena. (3) **Terras Declaradas:** obtiveram a expedição da portaria pelo Ministério da Justiça sendo autorizada sua demarcação; (4) **Homologadas:** Terra homologada por decreto presidencial já estando georeferenciada; (5) **Regularizadas:** Registro em cartório das terras indígenas em nome da União. (6) **Interditadas:** áreas com restrições de uso para proteção de indígenas isolados (FUNAI, 2017).

Entretanto, até serem regularizadas as comunidades indígenas apresentam fragilidades legais para efetivação da posse de suas terras, podendo retroceder em seu processo regulatório, como ocorreu em 2017 na TI Jaraguá. Essa aldeia, que possuía a tramitação de aumento de suas terras, voltou a ser a menor TI do Brasil após ter sua portaria anulada (portaria declaratória nº 581, de 2015). A TI tinha sido declarada, mas ainda não havia sido regularizada (ISA, 2017).

Tabela 1 - Síntese das informações compiladas a partir da leitura dos Trabalhos (E1 – E20) quanto as oito categorias utilizadas na análise.

Ref.*	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos culturais relacionados com a Conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais nos territórios indígenas
E1	Mundurucu-Taquara Bragança/ Marituba	BeltearaPará /PA	Declarada	Floresta Amazônia	Avança da pecuária Conversão de terra para U.C Conflitos históricos e de identidade.	–	Conflitos de Gestão entre FUNAI e ICMBIO (IBAMA) Locais de áreas protegidas regidos por órgãos que conflitam.	Valorização da identidade indígena, levando a comunidade a buscar pela demarcação de suas terras e se separarem da gestão da FLONA.
E2	Barra Velha/ Pataxó	Sul da Bahia	Homologada (1991)	Mata Atlântica	Conversão de terras para U.C de proteção integral. Grande pressão de atravessadores e pequenas indústrias madeireiras. Incêndios.	A TI apresentava dificuldades quanto a falta de área agrícola que incentivou o comércio de artesanatos de madeira de lei. Caça de pequenos mamíferos. Abertura para roças. Mudança cultural a partir de projetos voltados para a cogestão do parque e incorporação dos Pataxó como brigadistas da UC.	1980 - Negociação do território entre Funai e Ibama sem estudos prévios que dessem amparo para futuras decisões. 1999 - É criado um grupo de trabalho e teve como um dos resultados a gestão participativa, incluindo a comunidade na gestão do parque.	Histórico de violência = êxodo de muitas famílias indígenas da área. Projetos agroflorestais resgatam a autoestima, dignidade da população, aumentando sua autonomia e qualidade de vida. Resgate linguístico, reconstrução social e recuperação da identidade. Desconfiança ainda presente entre os membros da comunidade em relação ao IBAMA. Pressão das indústrias madeireiras e atravessadores enfraquecendo a organização interna. Preconceitos externos tendo os indígenas como aculturados impactam a comunidade indígena.
E3	Barra Velha/ Pataxó	Sul da Bahia	Homologada (1991)	Mata Atlântica	Histórico de violência policial contra as aldeias = perda de identidade. Proibidos de plantar, perdendo a cultura do plantio, tornou-se a aldeia vulnerável economicamente. Apoio financeiro obtido pelo artesanato do corte ilegal de madeira.	Realizavam o corte de coivara, comum entre as populações tradicionais. Atualmente a partir de projetos é incentivado o plantio agroecológico.	Gestão participativa do PNMP, o IBAMA em 2003 auxiliou no plantio e técnicas agroecológica. Artesanato - sustento mal remunerado da aldeia. Para auxiliar na conservação ambiental o IBAMA iniciou projetos participativos com base a agroecologia.	Resgate de identidade. Vulnerabilidade social e econômica. Comunidade em estado de grande vulnerabilidade. Projetos sociais para resgate da soberania alimentar e melhoria da economia local.
E4	Barra Velha/ Pataxó	Sul da Bahia	Homologada (1991)	Mata Atlântica	Pouca terra para cultivo. Pressão do comercio madeireiro. Localizados em um dos últimos resquícios de Mata Atlântica.	Perda da Cultura com impactos negativos para as áreas da TI e (Parque Nacional Monte Pascoal) PNMP.	Omissão por parte das autoridades governamentais como FUNAI, IBAMA, Ministérios da Justiça e Meio Ambiente, não agindo sobre o problema.	Falta de espaço para as aldeias indígenas poderem se sustentar de formas tradicionais (coivara) causando a vulnerabilidade dessas aldeias além de acentuarem o desmatamento e pressão no PNMP.

Ref.	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos Culturais sobre a conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais
E5	Barra Velha/Pataxó	Sul da Bahia	Homologada (1991)	Mata Atlântica	1980 - Extensão da Monocultura de Eucalipto. Apropriação do artesanato indígena por não índios. Crescimento do turismo. Sobreposição da U.C em TI, com difíceis diálogos. 1973 - Construção da BR 101 aumentando o desmatamento. 1990 - suspenso o corte da madeira.	Há grande procura pelo artesanato indígena com a madeira nativa, entretanto a comunidade fica cada vez mais à margem do processo.	Dificuldade de diálogo com os órgãos públicos (FUNAI e IBAMA). Em 2001 - mudança na gestão em que se pensou em uma gestão participativa e na implantação de sistemas agroflorestais nas terras Pataxós.	[Ausência de dados]
E6	Aldeia Renascer e Tenondé Porã /Guarani Mbyá	Ubatuba e São Paulo	Aldeia Renascer - Em estudo. Tenondé Porã - declarada	Mata Atlântica	A região que habitam é a mais urbanizada e populosa do país.	Possuem vínculos culturais muito forte, se distinguindo dos jurua ("povo branco"), mantendo a própria língua, poucos casamentos com não indígenas e possuindo fortes ligações familiares vinculadas às frequentes migrações e mobilidade entre as famílias.	U.Cs criadas em locais já habitados por comunidades que manejavam os recursos por gerações. U.Cs com problemas fundiários, falta de recursos, problemas para a retirada das comunidades. Busca pela gestão participativa. Aldeia Tenondé Porã criada por meio de um TAC de 2000 da empresa Furnas Centrais Hidrelétricas.	Conflitos com população nacional. Aumento da concentração demográfica, expansão de terras e sedentarismo relacionados aos fatores geográficos, históricos e sociológicos, conjunturais e a dificuldade de encontrar terras disponíveis para construir novos tekoas (aldeias).
E7	Corredor Mbyá que abrange diversas T.Is guaranis	Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	Diversas situações	Mata Atlântica	Proximidade com áreas urbanas e zonas de expansão, especulação imobiliária e proximidade com U.Cs, impactos da BR-101, presença da indústria e turismo.	[Ausência de dados]	Prioridade de questões emergenciais para a FUNAI dificultando a regularização em áreas com prévio estudo em vias de se regularizar.	[Ausência de dados]
E8	Guaranis Nhandeva e Mbyá.	Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	Diversas situações	Mata Atlântica	Obras de saneamento e abastecimento. Duplicação e construção de rodovias, barragens, usinas nucleares, rodanel, gasoduto Bolívia-Brasil. Não reconhecimento de suas terras. Descaso e lentidão do Poder público para as questões indígenas.	Interesse vital dos índios pela Mata. Utilização de compensação ambiental com empreendimentos locais para projetos de conservação dentro do território indígena.	Sobreposições de UCs e TIs e grande impunidade referente às questões indígenas. Modelo de desenvolvimento econômico altamente impactante para os territórios indígenas. Imposição do modelo "branco" de conservação ambiental. Falta de subsídios técnicos e teóricos para em programas governamentais.	Incentivo das relações de dependências entre indígenas e a sociedade contemporânea. Projetos assistencialistas sem estudos, com arquiteturas que não fazem parte do modo de vida guarani, não se inserem no contexto deles.

Ref.	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos Culturais sobre a conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais
E9	Etnias do mundo todo (Am. Do sul e Norte, África e Ásia)	Etnias do mundo todo (Am. Do sul e Norte, África e Ásia)	[Ausência de dados]	[Ausência de dados]	Conservação imposta aos povos indígenas, turismo e comercialização de práticas e itens culturais.	Auxílio da população local nas práticas e planos de conservação. Conhecimento auxiliou nas técnicas de proteção a espécies de peixes ameaçadas de extinção. Auxílio em trabalhos para o manejo de morsas e ursos polares.	Dependência de financiamentos e/ou agentes externos. Falta de mecanismos sólidos para proteger as comunidades indígenas e aumento da vulnerabilidade. Interesse em proteger outros atores que não às comunidades indígenas.	Empobrecimento da comunidade em detrimento de um modelo de Conservação, tensões dentro e entre grupos.
E10	Resguardo Nasa São Fransisco, Tacueyó e Toribio/ Nasa	Colômbia/ Toribio (Cauca)	[Ausência de dados]	[Ausência de dados]	Histórico de dominação, perda de autonomia das comunidades.	Conservação ambiental formas de obtenção de recursos financeiros através de projetos em parcerias com ONGs para a preservação de olhos d'água e das bacias hidrográficas existentes.	Indígenas exercem pressão no governo para uma justiça social, econômica, e ambiental mais ampla.	Recuperação da língua mãe por indígenas adultos. Pilares - direito, a economia e a arte indígena são sua estratégia de organização. Relações inter-geracionais, fortalecendo a cosmovisão de mundo. Reinvenção de sua identidade étnica. Quanto maior conservação dos costumes, maior a autonomia. Desconfiança com pessoas de fora da comunidade.
E11	Raposa-Serra do Sol/ Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona e Taurepang	Uiramutã/ Roraima	Regularizada	Amazônia	Sobreposição de UC com TI, ocasionando conflitos. Plano de Manejo da UC entra em conflito com o zoneamento indígena. Potencial turístico na área - conflito de interesses. Recursos minerários trazem interesses e conflitos.	Os Ingarikós possuem regras culturais de extração de recursos, possuindo um zoneamento próprio. Devido à essas regras culturais, não caçam onça, veado e jabuti. Etnozoneamento que norteiam a caça, extração da palha da palmeira "mana" que utilizam para a produção artesanal.	Existem diversos fundos para financiar a conservação na Amazônia que poderiam ser investidos nas populações indígenas a fim de se fomentar projetos com foco na utilização adequada dos recursos.	Desconfiança histórica nos órgãos do poder público.
E12	Parque indígena do Xingu/Kisédjê, Kayapo,	Mato Grosso	Regularizada	Amazônia	Expansão agrícola. Desmatamento. Estradas. Indústria madeireira. Escassez do mogno fazendo com que aumente a procura de outras madeiras na ausência do mogno.	Tradição guerreira. Proteção das terras por mais de 20 anos quase sem auxílio de terceiros. Interesses madeireiros e minerais são muito preocupantes, pois não afetam diretamente na perda de terras. Essa prática não é vista como invasão de suas terras, mas uma oportunidade econômica. Produção e venda de mel orgânico, estimulando a economia das comunidades. Mudanças sociais e culturais entre os Kayapó no Xingu refletindo numa maior pressão dos recursos naturais e perda da sabedoria tradicional, mas que também resultam em novas estratégias com valor positivo para a conservação.	Necessidade de alternativas econômicas coerentes com suas normas culturais para que os indígenas possam conservar a longo prazo os ecossistemas florestais. A pesquisa ecológica gera benefícios diretos para as aldeias indígenas como taxas de uso público, treinamento, apoio técnico e administrativo.	Produção e venda de mel orgânico, estimulando a economia das comunidades. Mudanças sociais e culturais entre os Kayapó no Xingu refletindo numa maior pressão dos recursos naturais e perda da sabedoria tradicional, mas que também resultam em novas estratégias com valor positivo para a conservação. Organização dos Kayapós e Xinguanos para controlar o acesso em suas terras e negociar com outros agentes econômicos e sociais.

Ref.	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos Culturais sobre a conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais
E13	Analisou T.Is da Amazônia Legal, por meio de imagens de satélite (análise da paisagem)	[Ausência de dados]	[Ausência de dados]	Amazônia	Incêndio e desmatamento originários principalmente pela expansão das fronteiras agrícolas.	Conservação em TIs vinculada à cultura e economia da aldeia. Apesar de séculos em contato com a sociedade e forte pressão da fronteira agrícola, as TIs impediram o desmatamento. São atualmente a barreira mais importante contra o desmatamento na Amazônia.	As UCs estão localizadas longe das áreas com maior taxa de desmatamento e queima e as terras indígenas nas áreas onde há maior pressão, em locais com altas taxas de desmatamento e queima.	As aldeias que tiveram os índices mais altos de desmatamento foram em geral aldeias que foram ocupadas por colonos antes da sua demarcação ou que ainda estão sendo ocupadas..
E14	Jiahui/Diahói	Humaitá	Regularizada	Amazônia	Grilagem de terras. Extração ilegal de madeiras. Pecuária. Desmatamento. Abertura da BR230	Em parcerias com ONGs, os jiahui têm elaborado um monitoramento territorial, etnozoneamento e Plano de Gestão Ambiental.	População muito afetada pelo histórico de ocupação. 30% da TI está sobreposta à FLONA. Falta de preparo do ICMBio em lidar com a questão indígena. ONGs auxiliando no fortalecimento do povo Jiahui. Falta de integração e insuficiência na operacionalização, comunicação das instâncias de decisão dos órgãos públicos.	Resgate da língua e tradições culturais. Pedágio que cobra taxas para a passagem pela BR 230, que corta a T.I. Busca de organização das aldeias.
E15	Kayapó e Xicrim do Cateté/Kayapó	Cumaru do Norte, Bannach, Ourilandia do Norte, São Felix do Xingu (Kayapó). Água Azul do Norte, Marabá, Parauapebas (T.I Xicrim do Cateté)	Regularizadas	Amazônia e Cerrado	Desmatamento Pecuária, Desenvolvimento hidrelétrico Invasões de terras por colonos Desmatamento agrícola. Aumento de doenças na comunidade foi devido à exploração dos recursos naturais relacionados à poluição dos rios e maior índices de malária.	Cultura amparada nas relações igualitárias e consensuais. Pressões internas para que bens sejam repartidos com a comunidade. Conquistas legais sobre exploração e direitos em suas terras. Densidades relativamente altas de vários mamíferos, grandes o suficientes para suportar o estilo de vida dos Kayapó. Mogno foi estimado o corte de 85% da população em frutificação. Indivíduos juvenis e sub adultos são abundantes em algumas áreas, principalmente nos cumes, onde o transporte é dificultado.	Falta de verba para projetos governamentais voltados à questão indígenas. O autor coloca que apesar de ser algo negativo, é possível que isso fortaleça alianças com outras instituições e dê autonomia para as comunidades indígenas.	A instalação do Projeto I.C Brasil - estação de pesquisa construída em conjunto com os Kayapó. Influência na comunidade devido aos critérios para participação no projeto. A reserva biológica de 800 he, tem como critérios: manter a reserva proibindo a caça e exploração madeireira, receber os pesquisadores que chegam de avião e auxiliar os campos. Com esses parâmetros as pessoas que tem interesse na área devem pagar uma taxa de inscrição para os Kayapó. Isso fortalece a economia local diminuindo a vulnerabilidade da comunidade. A taxa de inscrição não é necessariamente em dinheiro. Aumento de doenças.
E16	O texto fala em geral dos guaranis, mas cita algumas vezes a aldeia Renascer que teve ocupação posterior ao Parque.	Litoral do estado de SP	Diversas situações, entretanto dá foco nas ocupações guaranis no PESH (parque Estadual da Serra do Mar)	Mata Atlântica	Sobreposição com Unidades de Conservação. Terras ocupadas e não são oficializadas. Invasões, disputas judiciais, caça realizada por não índios, roubo de recursos minerais, biológicos e genéticos, poluição das nascentes e cursos d'água, Relações comerciais injustas. Especulação imobiliária. Alcoolismo.	Histórico de perambulação que é diferente e conflitante à lógica da sociedade moderna. O litoral de SP o PESH é muito visado para a ocupação dos guaranis e conflitam com ideais de conservação.	Foco da FUNAI em demarcações de terras. Projetos que favoreçam a autonomia e sustento da comunidade, não são trabalhados. Falta de diálogo entre instituições responsáveis, assim como ambientalistas e indigenistas, inoperância e fragilidade dessas instituições, desarticulação das ações e parceiros que trabalham com os guaranis, lacunas de conhecimento sobre esse povo e biodiversidade, necessidade de uma política articulada e coerente no trato com as TIs e as UCs e incongruências legais.	Serra do Mar é um ideal para o povo guarani. O PESH não suportaria grandes ocupações, comprometendo a conservação do local que beneficia toda a sociedade. Estratégias que conseguisse viabilizar outras terras próximas para esses grupos, sem se sobreporem ao PESH. Alcoolismo. Todas as aldeias recebem cestas básicas, roças de mandioca, milho, batata doce e feijão.

Ref.	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos Culturais sobre a conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais
E17	Peguaoty/Guaranis	Sete Barras, SP	Delimitada	Mata Atlântica	Sobreposição de U.C. Ocupação indígena no Parque Estadual de Intervalos.	Em busca da terra sem Males, itinerância dos guaranis, agrupando mais indígenas para dentro da U.C, onde se encontra uma ocupação indígena. Por pesquisas externas viu-se que a documentação de tramitação de identificação da T.I Peguaoty teve início em 2010 e o Parque foi criado em 1995.	Conflitos de Gestão entre FUNAI e Instituto Florestal. Regidos por órgãos que conflitam. Dificuldades no diálogo e consenso entre gestores e indígenas. Conflitos entre legislações. Criação de um espaço extrajudicial dentro da U.C. Fundação Florestal acusada de xenofobia. MPF se coloca a favor dos indígenas no local dando autorização para construção da escola indígena.	[Ausência de dados]
E18	Jurubaxi-Téa/Baniwa	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, AM.	Delimitada	Amazônia	Necessidades básicas supridas pelo comércio. Atualmente comercializam artesanatos pelo projeto Oibi - resultados positivos mas com dificuldade de manter os pagamentos em dia, demorando muito para chegar até os artesãos.	Organização e coesão da comunidade. Pressão social para a generosidade. Grande senso coletivo, com valorização da autonomia familiar. A extração de airumã pode diminuir esse recurso localmente afetando a conservação e economia local.	[Ausência de dados]	Ausência de outra atividade econômica pode afetar as comunidades do entorno, resultando em desigualdades econômicas entre as comunidades. Substituição dos produtos usados no cotidiano por bens importados, como peneiras, bacias de alumínio, que eram fabricados pelos próprios moradores.
E19	Catitu e TIs do Médio Rio Purus/Banawá, Deni, Jarawara, Jamamadi, Apurinã, Paumari, Suruwaha e Hi-Merimã.	Lábrea, Tapauá, Pauini e Canutama/ Amazonas	Homologada	Amazônia	Seringais, agentes missionários e agências governamentais influenciaram povos indígenas de alta mobilidade como Paumaris a se fixarem em um território. Extração do látex. Centros urbanos. Conflitos territoriais, violência. BR 319 (Canutama e Tapauá). Desmatamento. Grandes obras de infraestrutura (pontes, rodovias, hidrelétricas, gasodutos, empreendimentos e extração mineral). Conflitos entre indígenas e Extrativistas.	Pedido dos próprios indígenas para que fossem realizadas Unidades de Conservação (RESEX) devido à pressões dos seringueiros ("herdeiros dos seringais", os modernos patrões).	ICMBio trabalhou junto às comunidades extrativistas para a criação de Conselhos deliberativos. Maior proximidade com FUNAI e ICMBio	Oficinas e cursos que discutem políticas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas auxiliaram no desenvolvimento ambiental em parceria com as comunidades. Preconceito histórico em torno das comunidades. Protagonismo dos indígenas nas reuniões e assembleias, chamando os extrativistas para o diálogo. Ao mesmo tempo associações extrativistas envolvem os indígenas em projetos de escoamento de produção com destaque para a borracha nativa. Fóruns, seminários, parcerias com órgãos, qualificando espaços públicos e relações de diálogo.

Ref.	TI/Etnia	Local (cidade, estado)	Situação da TI	Bioma	Pressão externa sofrida pela TI	Aspectos Culturais sobre a conservação	Impactos Políticos	Impactos Sociais
E20	Baú, Kayapó, mekragnoti, badjõnkõre, Capoto/Jarina/Me bégõkre. (o foco do trabalho é na aldeia das casas - T.I Kayapó)	Pará	As duas homologadas	Amazônia	Desmatamento Agropecuária Exploração ilegal de madeira e outros recursos Conflitos fundiários. Políticas e projetos de desenvolvimento. Estrada Belém-Brasília e estrada Xinguara- São Félix do Xingu -favoreceram a entrada massiva de garimpeiros. Conflitos fundiários. Invasão por não índios. BR 163. Grandes projetos de infraestrutura - Belo Monte. Doenças. Proximidade da cidade. Aumento populacional.	Foco regional de biodiversidade e agrobiodiversidade. Não separam os espaços silvestres e áreas de roça. A agrobiodiversidade é motivo de orgulho para as mulheres que plantam nas roças. Possuem redes de trocas que mantêm boas relações sociais e integridade da sabedoria tradicional e diversidade de roças.	-	Aumento populacional e valorização da identidade indígena. Jovens mantêm o conhecimento do seu povo mantendo a vitalidade dos conhecimentos geográficos e ecológicos. Redes de relações sociais. As roças estão estreitamente relacionadas com as relações sociais, sendo valorizadas, assim como suas cultivadoras. As roças possuem um vínculo afetivo. Curiosidade pela planta cultivada. Organização social por meio de redes de troca garante a circulação da diversidade agrícola. A circulação de plantas significa que está tudo em paz, em estado de beleza. A rede agrícola traz consigo o registro histórico da comunidade ou família detentora de determinada planta ou variedade.

* E1 (FILHO, 2004); E2 (TIMMERS, 2004); E3 (MACHADO, 2004); E4 (RAMOS, 2004); E5 (CUNHA; ANDRADE, 2004); E6 (MACEDO, 2004); E7 (SANTOS, 2004); E8 (LADEIRA, 2004); E9 (POPOVA, 2015); E10 (CORREA, 2010); E11 (LAURIOLA, 2003) E12 (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005); E13 (NEPSTAD et al., 2006); E14 (FERREIRA, 2014); E15 (ZIMMERMAN, 2001); E16 (BRITO; VIANNA, 2004); E17 (STUCCHI, 2004); E18 (GLEN et al., 2004); E19 (FRANCO, 2014); E20 (ROBERT et al., 2012).

Sobre as situações fundiárias das TIs, aproximadamente 5% estão em estudo de identificação, 10 % delimitadas, 15% declaradas, 15% regularizadas e 30% homologadas (Tabela 2). O item “Outros” se refere aos estudos mais abrangentes, descrevendo situações de diversas terras indígenas ou mesmo a situação de uma determinada etnia, que possui mais de uma TI.

Diferente da sociedade urbana a concepção de território para os indígenas é para algumas etnias, como os guaranis Mbya, algo contínuo. Assim, uma mesma etnia pode apresentar laços familiares e territórios em diversos locais, nem sempre próximos uns dos outros (FELIPIM, 2001; LADEIRA, 2008).

Tabela 2: Situação das Terras Indígenas do material da pesquisa (n = 20).

Situação das TIs	Porcentagem	Nº de Textos
Em estudo	5%	1
Delimitadas	10%	2
Declaradas	15%	3
Homologadas	30%	6
Regularizadas	15%	3
Outros	30%	6

Nos dados oficiais, o Brasil possui 562 terras que estão em processo de regularização. Dessas, aproximadamente 77% estão regularizadas, 3% homologadas, 12% declaradas e 7% delimitadas. Atualmente são 114 terras indígenas em estudo para a sua demarcação (FUNAI, 2017). Dentre os problemas enfrentados pelos indígenas, no processo de demarcação, estão: a lentidão, que deixa as comunidades indígenas vulneráveis à violência, marginalizados, aumentando o preconceito e a miséria (LADEIRA, 2008; VIANNA; BRITO, 2004).

5.2 Pressões Sofridas pelas Terras Indígenas

Em relação às pressões sofridas pelas TIs foram agrupados os seguintes grupos das pressões mais frequentes: *caça/coleta de recursos por não índios* (70% das citações), *problemas fundiários* (65%) e *desmatamento* (50%). As demais pressões representam 30% ou menos das citações (Tabela 3).

Um dos maiores problemas das UCs e TIs é a questão fundiária, que neste estudo representou 65% das pressões externas mais frequentes em TIs (Tabela 3). Nas discussões de

formulação do SNUC, foi proposta uma nova categoria de Unidade de Conservação abarcando as comunidades indígenas. A Reserva Indígena de Recursos Naturais (RIRN), apesar de ter uma boa aceitação parlamentar, não foi aprovada (CUNHA; ANDRADE, 2004). Entretanto é comum as sobreposições entre UCs e TIs gerando inúmeros conflitos legais, sociais e ambientais. Devido à lentidão dessas resoluções, já existem UCs de proteção integral que agregam as comunidades indígenas em seu Plano de Manejo, formando espaços extrajudiciais para resoluções de problemas dentro das áreas em comum (MACEDO, 2004).

Tabela 3: Pressões citadas nos estudos ($n = 20$), divididas em categorias, detalhadas na terceira coluna.

Pressões Externas Sofridas pelas TIS	Nº de trabalhos	Porcentagem	Descrição das pressões
Caça e coleta de recursos por não índios	14	70%	Posseiros, garimpeiros, atravessadores, extração seletiva de madeira.
Problemas fundiários	13	65%	Sobreposição com Unidades de Conservação, grilagem de terras e conflitos nas demarcações.
Desmatamento	10	50%	Expansão agrícola, pecuária e urbana.
Estradas	6	30%	BR 101, Rio-SANTOS, BR230, BR 319, Xinguara-São Félix do Xingu, entre outras.
Violência	5	25%	
Urbanização	5	25%	
Grandes empreendimentos de infraestrutura	5	25%	
Outras pressões.	7	35%	Incêndios, apropriação cultural e doenças.

Os problemas fundiários são de grave impacto, pois afetam diretamente as bases para as comunidades poderem se estabilizar e usufruírem dos seus direitos e reprodução cultural (CASTRO, 1997). É possível visualizar grande diferença entre comunidades que vivem na Amazônia e as que tinham seus territórios no bioma Mata Atlântica. As comunidades da Mata Atlântica sofreram/sofrem maiores pressões dos colonizadores e de centros urbanos. A grande supressão da vegetação nativa deste bioma fez com que os recursos e sua área tornassem escassos, causando o “conflito entre iguais” (VIANNA; BRITO, 2004). Esse conflito, resultado dos mesmos processos históricos e escassez de recursos, permitiu que em nome da conservação ambiental as TIs e UCs iniciassem disputas entre si.

Uma das críticas à FUNAI é focar suas ações somente na demarcação de terras, deixando em segundo plano diversas ações necessárias para a melhoria de vida das comunidades que já possuem certa estabilidade em seu território (SANTOS, 2004). Existe uma fragilidade operacional da FUNAI para diversas demandas das comunidades, que muito se relaciona com a pouca verba investida no órgão para diversas ações de assessoria às comunidades indígenas (ZIMMERMAN, 2001).

O problema fundiário é também um grande desafio para as questões ambientais em que só é possível a efetivação de leis quando for possível identificar, responsabilizar e punir seus donos pelas infrações causadas. Entretanto estudos de 2006 estimam que 12% do território brasileiro seja grilado. Essa situação se agrava enquanto não houver um cadastro de terras único, capaz de reunir os dados de terras do Brasil (CHIAVARI; LOPES, 2017).

Entretanto vê-se que a maior ocorrência (70%) é a extração de recursos por não índios dentro das terras indígenas. Em geral, essas ocorrências representam grandes ameaças para a conservação dentro das TIs, pois não são vistas pelos indígenas como formas de invasões dentro de seus territórios, mas sim como uma rápida fonte financeira para as populações que moram no local. Essa situação se agrava quando os indígenas estão em estado de vulnerabilidade, em que não possuem autonomia e/ou não conseguem se sustentar a partir de ações internas da própria comunidade. Essa pressão pode ser diminuída na realização de projetos para a melhoria de vida e movimentando a economia da comunidade. Os próprios indígenas passam a monitorar suas terras ao contrário de auxiliar na extração dos recursos, inibindo as ações como caça, extração de madeira, atividades de garimpo, entre outras (CUNHA; ANDRADE, 2004; RAMOS 2004; ROLLA; RICARDO, 2004) .

Esses dados reforçam a ideia de que é necessário não somente os indígenas terem suas terras, mas também trabalhos voltados para a economia e bem-estar da comunidade, caso contrário eles permanecem vulneráveis a diversas pressões externas. Nos casos em que a comunidade já vivenciou um histórico de violência essas ações se tornam ainda mais importantes, pois em geral essas comunidades já perderam muito do conhecimento tradicional, sendo necessário um resgate e valorização cultural (MACHADO, 2004; ROLLA; RICARDO, 2004).

Nas categorias formuladas neste trabalho somente foram incorporadas características pronunciadas pelos autores dos textos lidos que mostrou amplas dificuldades com a questão fundiária e exploração dos recursos por não índios. Entretanto o preconceito, vinculado com a intolerância e violência indígena, apesar de ser citada no passado permanece até os dias atuais (CIMI, 2015; GRUPIONI et al., 2001).

5.3 Aspectos Culturais sobre a Conservação

Sobre os aspectos culturais existe uma ausência de trabalhos que tratem especificamente sobre as regras culturais para extração de recursos das comunidades indígenas e que tratem esse tema como o foco do trabalho. É predominante a abordagem do tema de forma generalista. Observa-se a escassez de dados quantitativos em 80% dos trabalhos. São raras as pesquisas que possuem como foco o etnozoneamento e a etnoconservação, destacando-se apenas três com esse enfoque (GLEN et al, 2004; ROBERT et al., 2012; ZIMMERMAN, 2001).

Ainda que nos textos lidos fossem raras as informações de etnozoneamento e etnoconservação, foi possível verificar, em 65% dos trabalhos, uma valorização da conservação ambiental na cultura indígena (Tabela 4). A valorização da conservação possibilita uma abertura para projetos com ideais de conservação. Essa valorização pode se dar em diversas esferas sociais, relacionadas à identidade indígena e a abertura das comunidades em projetos voltados à conservação. Esses projetos possuem vínculos com a melhoria da qualidade de vida indígena, autonomia e ideais sustentáveis, possibilitando um diálogo maior entre TIs e UCs. Quando se trata de comunidades tradicionais, não é possível a separação da qualidade de vida e conservação ambiental (ROBERT et al., 2012; MACEDO, 2004; POPOVA et al, 2015, LAURIOLA, 2003; SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005; GLEN et al., 2004; FRANCO, 2014).

Em 25% dos trabalhos vê-se conflitos com impacto negativo para a conservação (Tabela 5). Em geral, esses casos possuem a similaridade de vulnerabilidade social com histórico de violência e conflitos, que acabam por exercer uma pressão maior no remanescente florestal. Existem casos em que apesar de parte de sua renda saírem de recursos naturais, sua pressão na área não representa grande impacto (GLEN et al., 2004; ROBERT et al., 2012; LAURIOLA, 2003)

Tabela 4: Categorias relacionadas à cultura indígena e conservação ambiental.

Categorias	Nº de trabalhos	Porcentagem
Valorização da Conservação ambiental dentro da cultura	13	65%
Conflitos com o ideal de Conservação (extração de recursos raros e/ou ameaçados, manejo inapropriado dos resíduos sólidos e caça).	6	25%
Vínculos Familiares	4	20%
Outros (agricultura familiar, caça e artesanato)	5	25%

A vulnerabilidade em que se encontram os povos indígenas afeta diretamente a conservação ambiental, já que devido à precariedade de recursos e ausência de autonomia, veem nas pressões externas um modo de melhorar sua condição sem analisar o quão fugazes são esses investimentos, que aceleram a degradação ambiental, cultural e mantém o *status quo* da comunidade (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

Os vínculos familiares (20%) são fortes características que possibilitam a coesão das comunidades indígenas, mantendo sua identidade e conseqüentemente saberes, costumes e trocas. Em geral essa característica contribui para a manutenção da diversidade cultural e muitas vezes para a conservação ambiental. Isso ocorre com os Kayapó, na valorização da agrobiodiversidade entre as famílias, com Guaranis Mbya que mesmo em centros urbanos valorizam sua cultura e conservação ambiental através do contato com parentes de aldeias mais distantes ou na união dos Kayapó para a retirada de invasores de suas terras. O vínculo entre as famílias promove a manutenção de saberes e costumes, assim como o sentido de identidade e união o que os permite lutar pelos seus direitos (ROBERT et al., 2012; MACEDO, 2004; POPOVA et al., 2015, LAURIOLA, 2003; SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005; GLEN et al., 2004; FRANCO, 2014).

Os outros 25% são citações relacionadas à agricultura familiar (10%), artesanato (10%) e caça (5%) que foram agrupados devido a sua baixa frequência. É possível verificar a semelhança desta categoria com os impactos negativos, diferindo-se de acordo com a visão do autor sobre determinado tema.

Em relação ao artesanato indígena há casos da apropriação (por não índios) das técnicas utilizadas pelos indígenas na comercialização do artesanato o que intensifica a retirada de recursos naturais. Esta representa para os indígenas uma forma paliativa de ganhos financeiros e que em geral subestimam os valores do produto. Entretanto são vistos pela comunidade indígena como fonte rápida de obtenção de dinheiro (CUNHA; ANDRADE, 2004).

Existem casos que configuram diferentes modos de lidar com as pressões externas, como ocorre com os Kayapó. Em suas terras conseguiram, por meio de concessões ilegais para extração de recursos por não índios, acumular capital. Esse acabou sendo investido em suas próprias terras para equipamentos de monitoramento de seus territórios (ZIMMERMAN, 2001).

Outro caso semelhante ocorre com a etnia Diahói. Em suas terras - TI Jiahu – foi construída a BR 230. Devido essa estrada passar dentro do território indígena, esses criaram um modo de “compensação”. Assim a comunidade cobra pedágios sendo o valor revertido de formas diversas para a TI (FERREIRA, 2014).

Os guaranis, que tem como aspecto cultural sua ampla perambulação e a busca pela “Terra sem Males” procurando por territórios próximos ao litoral para formarem suas aldeias (LADEIRA, 2008). Essa característica tem contribuído para conflitos com Unidades de Conservação presentes nessas áreas, em específico o Parque Estadual da Serra do Mar, que é dividido em núcleos pelo litoral e são importantes remanescentes de Mata Atlântica. Por ser um bioma que sofre diversas pressões desde a colonização do Brasil. Desta forma, é por si só a arena de maior conflito entre indígenas e conservacionistas (VIANNA; BRITO, 2004).

Casos em que as aldeias usam como estratégia a conservação como fonte de recursos não são a maioria dos exemplos estudados. Entretanto esses casos resultam em um ganho enorme para a população local, conservação e pesquisa científica (ZIMMERMAN, 2001; SCHWARTZMAN, 2005).

Diversos estudos mostram projetos que estão sendo implementados nas TIs na tentativa de melhorar as condições de vida da comunidade, sua autonomia e conservação. Na maior parte dos casos os projetos que possuem como base os princípios agroecológicos tiveram melhoras nas condições de vida das comunidades, aumentando sua autonomia, segurança alimentar e diminuição de sua vulnerabilidade (MACHADO, 2004; ROBERT et al., 2012).

A falta de dados quantitativos limita a discussão sobre o real impacto das ações das comunidades para a conservação e as possibilidades de planejamento através de um estudo mais detalhado. As exceções se fazem quando a extração de recursos vem de longa data, incorporando pequenas indústrias e atravessadores, tornando-se visível à escassez de produtos naturais (CUNHA; ANDRADE, 2004; MACHADO, 2004; RAMOS, 2004). Dessa forma, vê-se a importância de estudos que consigam conciliar análises quantitativas com qualitativas e de serem estudadas as regras culturais acerca de extração de recursos. Somente assim torna-se possível realizar adequados e efetivos futuros projetos e estratégias de conservação.

5.4 Impactos Políticos

Em relação aos impactos políticos foram citados com mais frequência os problemas organizacionais e estruturais de dentro dos órgãos que estão relacionados com a questão indígena, FUNAI e ICMBio (Tabela 5). Além desses, outros dois tiveram grande frequência: os conflitos entre esses órgãos - que envolve a falta de diálogo, disputas de poder e formas de agir diferenciadas – e as parcerias – realizadas através de Organizações Não Governamentais (ONGs), comunidade científica, órgãos gestores, em projetos que visam à melhoria da economia local, autonomia das comunidades, bem-estar da população e conservação ambiental.

Esse trabalho se baseou em citações, desta forma, conflitos de diálogo e problemas legislativos estavam muitas vezes subentendidos, mas como não foram citados, não foram contabilizados. A falta de ferramentas governamentais efetivas para melhora da qualidade de vida e a dificuldade de relação com outras culturas são os principais aspectos que, apesar de não serem citados em alguns textos, mostram-se nas entrelinhas dos trabalhos estudados, apresentando um grande desafio para minimizar a intolerância em relação aos povos indígenas presentes na sociedade nacional (GRUPIONI et al., 2001).

Tabela 5: Frequência de impactos políticos dentro das Terras Indígenas.

Categoria	Nº de Trabalhos textos	Porcentagem
Problemas dentro do órgão governamental	9	45%
Conflitos entre órgãos governamentais	8	40%
Parcerias	8	40%
Conflitos de diálogo (desconfiança histórica)	5	25%
Problemas Legislativos (lentidão no processo de demarcação, entre outros...)	3	15%
Outros	2	10%

As pressões exercidas nas TI são rebatidas pela comunidade que, por sua vez, também exercem pressões sob o governo e o sistema vigente. Os indígenas se apresentam e vem persistindo com o passar dos anos como grande resistência ao modo de vida moderno, baseado no capital. Assim as comunidades indígenas também pressionam os órgãos governamentais, buscando e exigindo mudanças (ZIMMERMAN, 2001). Assim, os indígenas não são somente seres passivos às pressões as quais lhes impactam, mas sim agentes ativos que, apesar de serem minorias, representam resistência e reivindicam seus direitos.

A execução de leis que sobrepõe espaços podem ser incompatíveis de acordo com a categoria de Unidade de Conservação. Isso cria uma legislação que não se sustenta devido à falta de recursos, dificuldades de diálogo e princípios distintos de gestão. Em relação à lentidão dos processos burocráticos referentes à questão indígena e muitas vezes sobreposta a uma Unidade de Conservação, tem-se trabalhado criando espaços extrajudiciais para lidarem com os problemas (STUCCHI, 2004).

5.4 Impactos Sociais

Nos impactos sociais foram criadas 5 categorias: *Governança em TIs, histórico de violência, identidade indígena, vulnerabilidade e outros* (Tabela 6). Como existe uma gama diversa nas situações indígenas, a categoria *outros* teve uma frequência alta comparada às outras categorias. Essa representa citações como: aumento populacional, tensões entre grupos e/ou dentro do grupo indígena e inserções de projetos sem contexto da população. Alguns

projetos mal aplicados e planejados podem aumentar a dependência trazendo mudanças negativas para as comunidades.

Tabela 6: Impactos Sociais das pressões dentro das terras indígenas.

Categoria	Nº de Trabalhos Textos	Porcentagem
Governança em TIs	9	45%
Histórico de violência	6	30%
Identidade Indígena	5	25%
Vulnerabilidade	4	20%
Outros	8	40%

A governança em TIs se dá na forma de parcerias com ONGs, comunidade científica ou órgãos governamentais que se dispõem ao diálogo e na busca de potencialidades da comunidade e região (ZIMMERMAN, 2001). Apesar de trabalhosas, as formas de gestão com viés mais participativo, tendem a um resultado positivo para a população e conservação ambiental. Essas parcerias são mais complicadas nas comunidades com grande histórico de violência que geram desconfiança da comunidade. Desta forma a entrada de novos atores que sejam desvinculados do histórico de conflitos é interessante para possibilitar melhores diálogos (CORREA, 2010).

Em alguns casos as saídas criativas invertem a lógica das pressões em suas terras, em geral para remediar situações postas à estas comunidades, tendo características fortes de governança dentro do território. Como exemplo, é possível citar o caso da TI Jiahui com a cobrança de pedágio pela passagem na BR 230, que corta a TI. Desta forma, um impacto que era para ser por si só negativo, é usado pela comunidade como uma forma de se beneficiarem do empreendimento (FERREIRA, 2014). Outra situação onde a lógica é alterada está presente na TI Kayapó, onde os indígenas ganharam benefícios com a venda do mogno em suas regiões. Esse recurso foi utilizado na compra de equipamentos para monitorar seus territórios e combater invasores de suas terras (ZIMMERMAN, 2001).

Apesar de remediarem uma situação que interfere diretamente nas TIs e na vida das comunidades, a forma com que as estas interagem e respondem a estas pressões se caracterizam como formas de governança partindo das comunidades indígenas, estando longe de serem passivos às pressões em suas terras, mas sim respondendo de diversas formas, mostrando-se ativos e zelando por seus territórios e bem-estar da população.

O histórico de violência atinge de diversas formas as comunidades indígenas, em geral tendo associação com o preconceito do entorno, aumento da vulnerabilidade indígena, desestruturando a identidade das comunidades e impedindo-os de exercitarem livremente sua cultura (FILHO, 2004).

A violência se dá em diversos aspectos como assassinatos de membros e lideranças indígenas, eliminando indivíduos que conduzem as pautas políticas de seu povo. Outra violência mais sutil, igualmente perversa é o descaso e lentidão dos processos de demarcação de terras assim como a falta de apoio nas terras já consolidadas. Isso aumenta o grau de vulnerabilidade da comunidade, afetando também sua identidade e dignidade.

Muitos projetos nas áreas afetadas se deram a partir do resgate da identidade, como língua mãe, costumes e festas. Essas ações acentuam a autonomia e autoestima da comunidade, que passam a valorizar suas raízes e dão sentido a esses atores sociais, trazendo-lhes dignidade (CORREA, 2010; FILHO, 2004; MACHADO, 2004).

Não há como planejar a conservação sem se amparar na economia e bem-estar das populações que vivem nesses locais. O aumento da vulnerabilidade das comunidades, situações de miséria e pobreza refletem diretamente na conservação ambiental. Torna a área desprotegida, vulnerável aos agentes externos sob a forma de baixos custos, benefícios e relações injustas de comércio. Ao melhorarem sua renda, as comunidades deixam a condição de vulnerabilidade e se tornam mais autônomas, trazendo melhorias para o bem-estar ao grupo (CUNHA; ANDRADE, 2004; MACHADO, 2004; RAMOS, 2004; SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005; VASCO, 2014).

Torna-se extremamente difícil a conservação enquanto os direitos humanos estão ameaçados, visto que o meio ambiente é fonte de recursos para toda a população brasileira e de uma maneira mais específica, os locais preservados apresentam uma relação íntima com as comunidades tradicionais. Desta forma, além do seu espaço vital, é necessária a criação de condições para que as comunidades indígenas possam viver de forma digna na manifestação e reprodução de sua cultura (CASTRO, 1997; TIMMERS, 2004; VIANNA; BRITO, 2004).

Mesmo o território sendo de extrema importância para os povos indígenas são necessários outros investimentos para fortalecimento cultural, auxiliando (até que não seja mais necessário) nas mudanças de produção, extração de recursos e economia da comunidade.

Essa necessidade se deve à diminuição dos espaços de cultivo indígena, como também à erosão cultural ocorrida ao longo do tempo.

Outro aspecto notável é que projetos que investem no diálogo têm maiores condições de resultado positivo. Apesar de trabalhosos e de demandarem maior tempo e atenção, trazem bons resultados para a comunidade e conservação ambiental, pois os problemas das sobreposições de terras existem, e se não há (como acontece em alguns casos) amparo jurídico e executivo, a melhor forma é encontrar um caminho que traga benefício para ambos os lados (ZIMMERMAN, 2001, CORREA, 2010). A falta de diálogo pode ter o caminho inverso para a conservação. Existe a necessidade de fomentar a via do diálogo intercultural, intimamente relacionada com o etnodesenvolvimento e a autonomia dos povos indígenas (LAURIOLA, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura está longe de estática ou imutável. As comunidades indígenas, principalmente aquelas que tiveram uma relação maior com os colonizadores ou com as consequências da urbanização vem mudando sua forma de vida e se adaptando a mudanças. Sua adaptação está presente na própria delimitação de um território estático (TI), já que muitos indígenas não enxergam seus territórios desta forma (LADEIRA, 2008).

O etnoconhecimento e etnozoneamento são alternativas que podem auxiliar muito nos planejamentos de conservação e bem-estar da comunidade. Entretanto são encontrados poucos trabalhos com esse enfoque e que tragam dados quantitativos, fornecendo mais embasamento e amparo nas pesquisas com essas temáticas. No estudo, somente quatro dos vinte trabalhos possuem amparo quantitativo, sendo análises fundamentais para auxiliar em projetos e políticas públicas relacionadas às comunidades indígenas e sua relação com a conservação (GLEN et al, 2004; ROBERT et al., 2012; NEPSTAD et al., 2006; ZIMMERMAN, 2001; FRANCO, 2014).

Apesar de diversos desafios que as UCs e TIs enfrentam, são elas, que no mundo moderno, ainda representam a melhor forma de conservação ambiental. A TI pode conservar o meio ambiente como também a diversidade cultural e agrobiodiversidade, tornando-se valiosa para os ideais de conservação (FELIPIM, 2001; NEPSTAD et al., 2005; ROBERT et al., 2012).

7. REFERÊNCIAS

- BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**. Campo Grande, n. 6, p. 137-150, abr. 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília: MMA, 2000.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA, 2011.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**. Sociobiodiversidade. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiv/sociobiodiversidade-brasileira>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: Atualização - portaria MMA nº 9, de janeiro de 2007**. Brasília: MMA, 2007.
- BRITO, M. C. W. D. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 165-182.
- CHIAVARI J.; LOPES, C. L. **O caos fundiário e a proteção ambiental**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/o-caos-fundiario-e-a-protecao-ambiental/>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Quadro de análise da ONU configura situação de risco de atrocidade**. <<http://cimi.org.br/relatorioviolencia/2016/11/03/quadro-de-analise-da-onu-configurada-situacao-de-risco-de-atrocidade/>>. Acesso em 17 jun. 2017.

CORREA, D.. Defensa del territorio Nasa frente a un Parque Nacional. **Luna Azul**. [online], n. 30, p. 73-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1909-24742010000100006&lng=es&nrm=.pf> Acesso em: 10 de jun. 2017.

CUNHA, R. P.; ANDRADE, M. F. Monte Pascoal: proteger a Mata Atlântica e melhorar a qualidade de vida dos Pataxó. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 203-205.

DIEGUES, A. C.. **O Mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Brasileiras/USP, 2001.

DIEGUES, A. C et al.. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

FELIPIM, A. P. **O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. 2001. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2001.

FERREIRA, I. V. O dilema das terras indígenas no SNUC: uma nova abordagem de um velho problema. In: BENSUSAN, N; PRATES, A. P (Org.). **A diversidade cabe na Unidade?: áreas Protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. p. 364- 397.

FILHO, F. A. V.. As comunidades Munduruku na Flona do Tapajós. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 571-574.

FONSECA, G.A.B. et al.. Biodiversidade e unidades de conservação. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Conferências e Palestras**. Curitiba, 1997.p. 189-209.

FRANCO, M. H. M. Terras indígenas e unidades de conservação: um mosaico de áreas protegidas no médio Purus. In: BENSUSAN, N; PRATES, A. P (Org.). **A diversidade cabe na Unidade?: áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. p. 694- 701.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio. **Modalidades de Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 27 jul. 2016.

FUNAI: Fundação Nacional do Índio. **Nota da FUNAI sobre a PEC 215/00**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3494-nota-da-funai-sobre-a-pec-215-00>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I.G.. Atlantic forest hotspots status: an overview. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I.G (Ed.). **The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook**. Center for Applied Biodiversity Science e Island Press, Washington, 2003. p. 3-11.

GLEN, H. S. Jr. et al. Sustentabilidade socioambiental de arumã no Alto Rio Negro. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 129-143.

GONÇALVES, C. W. P.. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

GRUPIONI, L. D. B. et al. **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Edusp, 2001.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE mapeia as populações indígenas**. Rio de Janeiro, IBGE, 2013. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2360&busca=1&t=ibge-mapeia-populacao-indigena>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

ISA: Instituto Socioambiental. **IBGE detalha dados sobre povos indígenas**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/ibge-detalha-dados-sobre-povos-indigenas>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ISA: Instituto Socioambiental. **Guarani ocupam Parque Estadual do Jaraguá em defesa de seu direito à terra**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/guarani-ocupam-parque-estadual-do-jaragua-em-defesa-de-seu-direito-a-terra>>. Acesso em: 21 de set. 2017.

ISA: Instituto Socioambiental. **Massacre de índios isolados expõe o estrangulamento da Funai.** Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/massacre-de-indios-isolados-expoe-o-estrangulamento-da-funai>>. Acesso em: 21 de set. 2017.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B.. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade** v.1, n.1, p. 147-155, 2005.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya:** significado, constituição e uso. Eduem, 2008.

LADEIRA, M. I. Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica: áreas protegidas? In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza:** o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 233-245.

LAURIOLA, V. Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil: o Monte Roraima entre parque nacional e terra indígena Raposa-Serra do Sol. **Ambient. soc.** [online] vol.5, n.2, p.165-189, 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200010>. Acesso em 15 nov. 2017.

MACEDO, V. Os Males da Terra. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza:** o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 219-223.

MACHADO, F. B. de P. Atividades econômicas dos Pataxó de Barra Velha. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza:** o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p.192-196.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas.** Disponível em: <<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/154-report-brazil-2016>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

NEPSTAD, D. D. et al. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous reserves. **Conservation Biology**, v.20, p. 65-73, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x>>. Acesso em: 20 set. 2016.

OLMOS, F.; BERNARDO, C. S. S.; GALETTI, M. O impacto dos Guarani sobre unidades de conservação em São Paulo. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 246-261.

OLMOS, F. et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das ‘populações tradicionais’ à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, J.L.B., et al. (Ed.). **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias**. Florianópolis, Unisul, 2001.

ONU BR: NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Situação dos povos indígenas no Brasil é a mais grave desde 1988**, diz relatora da ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/situacao-dos-povos-indigenas-no-brasil-e-a-mais-grave-desde-1988-diz-relatora-da-onu/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ONU BR: NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU e CIDH manifestam preocupação com proteção de defensores de direitos humanos no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-e-cidh-manifestam-preocupacao-com-protecao-de-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ONU BR: NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Relatório do PNUD destaca grupos sociais que não se beneficiam do desenvolvimento humano**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-nao-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano-brasil-estagnou-no-idh/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PAGLIA, A., A. et al.,. Lacunas de conservação e áreas insubstituíveis para vertebrados ameaçados da Mata Atlântica. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza & Rede Pró-Unidades de Conservação, Curitiba, 2004. p.39-50.

PEREIRA, W. da S.. Os Xokleng e a questão ambiental: o caso da sobreposição entre a TI Ibirama La Klãnõ e as UCs ARIE Serra da Abelha e REBIO do Sassafrás. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004.

PERES, C.A; TERBORGH J. W. Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility status of existing conservation units and design criteria for the future. **Conservation Biology**.

v. 09, n.1, p. 34-46, 1995. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1046/j.1523-1739.1995.09010034.x> >. Acesso em: 11 nov. 2016.

PIMM, S. L. et al. Can we defy nature's end? **Science**, v. 293, p. 2207-2208, 2001. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1126/science.1061626> >. Acesso em: 9 out. 2016.

POPOVA, Ulia. Conservation, traditional knowledge, and indigenous peoples. **American Behavioral Scientist** v. 58, n.1, p. 197-214, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0002764213495043>. Acesso em: 14 mai. 2017.

RAMOS, P. C. M.; A importância das Unidades de Conservação de Proteção Integral e as comunidades Pataxó no extremo-sul da Bahia. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 197-201.

ROBERT, Pascale de. et al. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 7, n.2, p. 339-369, 2012.

ROLLA, A., RICARDO, F. Mapas das sobreposições. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 589- 687.

SCHWARTZMAN, S.; ZIMMERMAN, B. Alianças de conservação com povos indígenas da Amazônia. **Megadiversidade**, Washington, v. 01, n. 01, 2005.

SANTILLI J. A cilada corporativa. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p 11-14.

SANTILLI, J.; EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais. **Povos Indígenas no Brasil 2001 a 2005**. São Paulo. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SANTOS, C. A. B. P. dos. A atuação da FUNAI no processo de regularização das terras dos Guarani Mbyá. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das Sobreposições**. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 227-232.

STUCCHI, D. Os Guarani da Terra Indígena Peguaoty e o Parque Intervales (SP). In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 289- 291.

TABARELLI, M., et al. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. **Megadiversidade**, v.1 n. 1, p 132-138, 2005.

TIMMERS, J. F.; Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 174- 186.

UNITED NATIONS. **Framework of analysis for atrocity crimes**. Disponível em: <http://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/pdf/framework%20of%20analysis%20for%20atrocity%20crimes_en.pdf>. Acesso em:17jun. 2017.

VIANNA, L. P.; BRITO, M. C. W. de. Guarani e UCs da Mata Atlântica: conflito latente – O caso do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). In: Ricardo, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das Sobreposições. São Paulo. Instituto Sócio Ambiental, 2004. p. 270-281.

ZIMMERMAN, B. et al. Conservation and development alliances with the Kayapó of southeastern Amazonia, a tropical forest indigenous people. **Environmental Conservation**, online, v. 28. p.10-22, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0376892901000029>>. Acesso em: 19 out 2016.